

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.**

**EDITAL Nº 02/2022 – PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS 2022.**

**PROVA OBJETIVA.**

**ÁREAS DE ESTÁGIO: DIREITO.**

**Leia atentamente as INSTRUÇÕES:**

1. Não será permitido ao candidato realizar as provas usando óculos escuros (exceto para correção visual, ou fotofobia, desde que informe no ato da inscrição), ou portando aparelhos eletrônicos (mesmo desligados), qualquer tipo de relógio, chaves, carteira, bolsa, acessórios que cubram o rosto, a cabeça, ou parte desta.
2. Será eliminado deste Processo Seletivo de Estagiários 2022, o candidato que fizer uso do celular e/ou aparelho eletrônico, no local onde está ocorrendo o mesmo; o candidato cujo celular e/ou aparelho(s) eletrônico(s), mesmo desligado(s), emitir(em) qualquer som, durante a realização das provas. Durante todo o tempo em que permanecer no local, onde ocorre o Processo Seletivo de Estagiários 2022, o candidato deverá manter o celular desligado, sendo permitido ativá-lo, somente após ultrapassar o portão de saída do prédio.
3. **Sob pena de ser eliminado deste Processo Seletivo de Estagiários 2022**, o candidato poderá manter em cima da sua carteira apenas lápis, borracha, caneta, um documento de identificação, lanche (exceto líquido). **Outros pertences**, antes do início das provas, o candidato deverá acomodá-los **embaixo de sua cadeira**, sob sua guarda e responsabilidade.
4. Confira se a sua prova tem **48** questões, cada qual com **4 alternativas**, veja se a **Áreas de estágio** para a qual se inscreveu está correto.
5. Verifique seus dados no cartão-resposta (nome, número de inscrição e a **Áreas de estágio** para a qual se inscreveu) e **ASSINE** o mesmo.
6. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul, ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta, serão anuladas.
7. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
8. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem, confira-o com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
9. A Prova Objetiva terá duração máxima de **3h (três horas)**, incluso o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
10. O candidato poderá se retirar do local da prova somente **1h (uma hora)** após seu início, levando seu caderno de prova.
11. Ao terminar sua prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido, assinado e retirar-se do recinto, onde está ocorrendo a mesma, não lhe sendo mais permitido o uso do banheiro e bebedouro.
12. Os **3 (três)** candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, só poderão sair juntos, após o fechamento do envelope, contendo os cartões-respostas dos candidatos presentes e ausentes, assinarem no referido envelope, atestando que este foi devidamente lacrado.

**BOA PROVA!**

## LÍNGUA PORTUGUESA.

Leia o texto para responder à próxima questão.

### A Noite do Meu Bem. (Dolores Duran).

Hoje eu quero a rosa mais linda que houver  
E a primeira estrela que vier  
Para enfeitar a noite do meu bem.

Hoje eu quero paz de criança dormindo  
E abandono de flores se abrindo  
Para enfeitar a noite do meu bem.

Quero a alegria de um barco voltando  
Quero ternura de mãos se encontrando  
Para enfeitar a noite do meu bem.

Ah, eu quero o amor, o amor mais profundo  
Eu quero toda a beleza do mundo  
Para enfeitar a noite do meu bem.

Quero a alegria de um barco voltando  
Quero ternura de mãos se encontrando  
Para enfeitar a noite do meu bem.

Ah, como esse bem demorou a chegar  
Eu já nem sei se terei no olhar  
Toda pureza que quero lhe dar.

### **01. De acordo com o texto, marque a alternativa incorreta.**

- a) O eu lírico almeja a rosa mais linda que houver, a primeira estrela que vier, para enfeitar a noite do seu bem.
- b) O eu poético quer a paz de uma criança dormindo, o abandono das flores se abrindo, para enfeitar a noite do seu bem.
- c) O autor do texto menciona querer a alegria de um barco voltando, a ternura de mãos se encontrando, para enfeitar a noite do seu bem.
- d) Na última estrofe, o eu lírico diz que esse bem chegou rápido demais, ele tem certeza que mesmo assim, terá no olhar, toda pureza para lhe dar.

### **02. De acordo com a correta ortografia, assinale a alternativa devida.**

- a) Agiota / jibi / monge / sarjeta.
- b) Beringela / canjica / cassarola / apetrecho.
- c) Rabugento / tigela / laje / açucena.
- d) Bolixe / chuchu / cochichar / explêndido.

### **03. Sobre acentuação gráfica, coloque (V) verdadeiro ou (F) falso e assinale a alternativa correta.**

- ( ) Os paroxítonos terminados em em ou ens não são acentuados: jovem, jovens, item, itens.
- ( ) Acentuam-se todos os vocábulos monossílabos tônicos terminados em a(s) – [má, vás]; e(s) – [ré, três]; o(s) – [dó, nós].
- ( ) Acentuam-se todos os vocábulos oxítonos terminados em a(s) – [curimbatá, sofás]; e(s) – [sapé, revés]; o(s) – [cipó, trenós]; em(ens) – [vintém, armazéns].
- ( ) Permanece o acento diferencial no verbo pôr [na distinção com a preposição por] e na forma pôde, do pretérito perfeito do indicativo do verbo poder [na distinção com a forma pode, do presente do indicativo desse mesmo verbo].
- a) V – V – V – V.
- b) V – F – V – V.
- c) V – V – F – V.
- d) V – V – V – F.

### **04. Referindo-se a substantivo, relacione a Coluna I com a Coluna II e marque a alternativa correta.**

Coluna I.

- A- Substantivo abstrato.
- B- Substantivo próprio.
- C- Substantivo concreto
- D- Substantivo derivado.

Coluna II.

1- Benjamim.

2- Fada.

3- Fornalha.

4- Viuvez.

a) A (2) – B (4) – C (3) – D (1).

b) A (1) – B (2) – C (3) – D (4).

c) A (4) – B (1) – C (2) – D (3).

d) A (4) – B (1) – C (3) – D (2).

**05. Concordância nominal é a concordância entre nomes.**

**Em se tratando de concordância nominal, assinale a alternativa incorreta.**

a) Os adjetivos compostos só permitem a variação do último elemento. Exemplos: olhos verde-claros; revistas jurídico-empresariais.

b) Variam os adjetivos adverbializados, ou seja, os adjetivos que se usam no lugar de advérbios. Exemplos: Levantem altos os braços! Chuchus custam baratos.

c) Não haverá variação se um dos elementos do adjetivo composto for substantivo indicando cor. Exemplos: olhos verde-piscina; camisas vermelho-vinho.

d) Não variam os substantivos que funcionam como autênticos adjetivos. Exemplos: revelações bomba; elementos chave.

**06. Crase é o nome que se dá à fusão, ou contração de dois “aa”. Para indicar essa fusão usa-se o acento grave (´).**

**Sendo assim, assinale a alternativa, onde o uso da crase está incorreto.**

a) Costumo estudar à noite.

b) Faço referência à Mariana e não à Paola.

c) Não fui àquela loja.

d) Você ainda não retornou à casa desde aquele dia?

**07. Em se tratando de colocação dos pronomes átonos oblíquos, ponha (V) verdadeiro ou (F) falso e assinale a alternativa correta.**

( ) O pronome oblíquo átono pode ocupar três posições em relação ao verbo: antes (próclise), no meio (mesóclise) e depois (ênclise).

( ) Não se usa a próclise com a preposição em + gerúndio.

( ) Nas orações reduzidas de infinitivo e de gerúndio usa-se apenas ênclise.

( ) Usa-se a próclise em qualquer oração exclamativa, optativa e interrogativa.

a) V – V – V – V.

b) V – F – V – F.

c) V – F – V – V.

d) V – V – V – F.

**08. A regência nominal é a maneira de o nome relativo relacionar-se com seus complementos. Nomes relativos são aqueles que não têm sentido completo, por isso pedem outros nomes que os complementam, chamados complementos nominais. Se for uma oração que complementa o sentido do nome relativo, ela se diz completiva nominal.**

**Referindo-se a regência nominal, relacione a Coluna I com a Coluna II e marque a alternativa correta.**

**Coluna I.**

**A- Nome relativo: acostumado a, ou com.**

**B- Nome relativo: apto a ou para.**

**C- Nome relativo: aversão a ou por.**

**D- Nome relativo: impróprio para.**

**Coluna II.**

**1- Se você é maior, está ..... dirigir.**

**2- Já estou acostumado ..... isso.**

**3- Tenho ..... cigarro.**

**4- O filme é ..... menores.**

a) A (2) – B (4) – C (3) – D (1).

b) A (2) – B (1) – C (3) – D (4).

c) A (4) – B (1) – C (2) – D (3).

d) A (4) – B (1) – C (3) – D (2).

**09. Concordância verbal é aquela que se faz do verbo com o sujeito.**

**Sobre concordância verbal, coloque (V) verdadeiro ou (F) falso e assinale a alternativa correta.**

( ) Verbo depois do sujeito composto vai obrigatoriamente para o plural. Exemplo: A gasolina e o álcool sobem hoje.

( ) Quando o sujeito é representado por números que identificam as horas, a concordância se faz normalmente. Exemplo: Uma hora e um quarto foram gastos no trabalho.

( ) **Sujeito formado de pessoas gramaticais diferentes = o verbo concorda com a pessoa que tem primazia (a primeira tem primazia sobre as demais, e a segunda prevalece sobre a terceira). Exemplos: Chorava eu e ela; rias à beça tu e ele.**

( ) **Os sujeitos são sinônimos, ou tomados por sinônimos = verbo no plural. Exemplo: A coragem e o destemor fazem dele um herói.**

a) V – V – V – F.

b) V – F – V – V.

c) V – V – F – V.

d) V – V – V – V.

**10. Regência verbal é a maneira de o verbo relacionar-se com seus complementos.**

**Em se tratando de regência verbal, assinale a alternativa incorreta.**

a) Ansiar é verbo transitivo direto quando desejar intensamente; querer ardentemente; almejar. Exemplo: Ansiar um diploma.

b) O verbo chamar é transitivo direto quando pede a presença de. Exemplo: Chamar a polícia.

c) Atender é transitivo direto indicando receber (para ouvir). Exemplo: O presidente não quis atender o empresário.

d) Consistir é transitivo direto quando indicar composto, ou constituído. Exemplo: O arquipélago consiste em dezenas de ilhas.

**NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO.**

**11. Considerando a Lei nº 11.788, de 25.09.2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, assinale a alternativa incorreta.**

a) É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual, ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado, preferencialmente, durante suas férias escolares.

b) A manutenção de estagiários em desconformidade com a Lei nº 11.788/2008, caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

c) Deverá ser de até 10 (dez) o número máximo de estagiários para atender proporção de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados, em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio.

d) O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

**12. Nos termos da Resolução nº 252, de 21.07.2021, que institui o Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, indique a alternativa errada.**

a) É compromisso de conduta ética dos servidores e colaboradores do PJMS, atuar com assertividade e apreço pela verdade, ainda que esta seja contrária à pessoa interessada, ou à Administração.

b) Cabe ao Presidente do Tribunal de Justiça do MS, aplicar, até o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o recebimento do processo, a penalidade de censura aos servidores ocupantes de cargos em comissão, que lhe são diretamente subordinados.

c) A apuração da infringência aos compromissos e às vedações previstas neste Código, proceder-se-á mediante processo administrativo, garantido ao envolvido o contraditório e a ampla defesa.

d) A Comissão de Ética do PJMS, vinculada diretamente à Presidência do TJMS, será composta por um Juiz Auxiliar da Presidência, dois servidores e respectivos suplentes.

**13. De acordo com a Resolução nº 63, de 15.02.2012, que regulamenta o estágio de estudantes no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, atribua (V) verdadeiro ou (F) falso aos itens e marque a alternativa com a sequência correta.**

( ) **Será autorizado o credenciamento, ou a permanência de estagiário que esteja cumprindo apenas dependência, ou adaptação, ou matriculado em função de pendências para conclusão de curso, ou cumprimento de grade curricular, exceto para estagiário que esteja cursando o último semestre.**

( ) **O estudante estagiará nas unidades da Secretaria do Tribunal de Justiça e das comarcas do Estado, observada a necessidade, o interesse e a disponibilidade financeira e orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.**

( ) **A Administração poderá autorizar o afastamento do exercício de estágio por um período de até sessenta dias, com anuência do Supervisor de Estágio, para participação do estudante em cursos de natureza acadêmica, fora do local, ou da sede de estágio, devidamente comprovados, por uma única vez.**

a) V – V – V.

b) V – V – F.

c) V – F – V.

d) F – V – V.

**14. À luz da Resolução CNJ nº 401, de 16.06.2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, analise os itens e aponte a alternativa correta.**

**I- Cada órgão do Poder Judiciário deverá dispor de, pelo menos, 5% (cinco por cento) de servidores(as) com**

capacitação básica em Libras, nos termos do Decreto no 9.656/2018.

**II- Os contratos de terceirização firmados no âmbito do Poder Judiciário devem conter cláusula, que prevejam a comprovação periódica do cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93, da Lei no 8.213/1991.**

**III- A avaliação da deficiência do(a) servidor(a) poderá ser utilizada para fins de concessão de condições especiais de trabalho, nos termos do que dispõe a Resolução CNJ no 343/2020.**

**IV- É assegurado à pessoa acompanhada de cão de assistência, o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todas as dependências dos edifícios e extensões do Poder Judiciário, observadas as condições impostas pela Lei no 11.126/2005.**

- a) Todos os itens fazem afirmações verdadeiras.
- b) Apenas os itens II, III e IV fazem afirmações verdadeiras.
- c) Apenas os itens I, II e III fazem afirmações verdadeiras.
- d) Apenas os itens I e IV fazem afirmações verdadeiras.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.**

**15. Não faz parte da Administração Pública direta:**

- a) Câmara dos Deputados.
- b) Justiça Federal.
- c) Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul.
- d) Sindicatos de trabalhadores.

**16. A Constituição da República, de 1988, traz no seu art. 37, os Princípios da Administração Pública, são eles:**

- a) Legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e ineficiência.
- b) Legalidade, moralidade, pessoalidade, publicidade e eficiência.
- c) Legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.
- d) Legalidade, imoralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

**17. A Administração Pública é dividida em Direta e Indireta. Assinale a alternativa que compõe a Administração Pública Indireta:**

- a) Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul.
- b) Caixa Econômica Federal.
- c) Prefeitura Municipal de Campo Grande.
- d) Ministério das Comunicações.

**18. Bens públicos são todos os pertencentes às pessoas jurídicas de direito público, ou que estejam afetados à prestação de serviço público, portanto, há bens públicos federais, estaduais e municipais. Assinale a alternativa que não corresponde a um exemplo de bem público:**

- a) Bens da Copasul - Cooperativa Agrícola Sul-Mato-Grossense.
- b) BR-163.
- c) Praça de uma cidade.
- d) Ruas da cidade.

**19. O ato administrativo, segundo a autora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, é “a declaração do Estado, ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo poder judiciário”. Sendo assim, o ato administrativo deve possuir algumas características. Marque a alternativa que não corresponde a uma das características do ato administrativo:**

- a) Presunção de legitimidade e veracidade.
- b) Imperatividade.
- c) Atipicidade.
- d) Autoexecutoriedade.

**20. A Constituição da República de 1988 é a Lei máxima de um país, e com o Brasil, não é diferente, afinal, é um Estado Democrático de Direito. Desta forma, assinale a alternativa que compõe um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, de acordo com o art. 1º, da Constituição:**

- a) Monarquia constitucional.
- b) Tributação.
- c) Bipartidarismo político.
- d) Dignidade da pessoa humana.

**21. Os princípios fundamentais brasileiros estão inscritos na Constituição da República de 1988. Os arts. 1º ao 4º trazem os fundamentos, os objetivos e os princípios de relações internacionais do Brasil com outros países e organizações. No que se refere aos princípios de relações internacionais, é correto afirmar que o Brasil se rege pela:**

- a) Prevalência dos direitos humanos.
- b) Cooperação entre os povos para o progresso da América Latina.

- c) Não concessão de asilo político.
- d) Solução bélica de conflitos.

**22. Assim como a Constituição de 1988 traz os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, elenca, também, os princípios fundamentais da pessoa. Dispõe o art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]” Assim, é correto afirmar que é um direito, ou garantia fundamental, segundo o citado art. 5º:**

- a) Que é livre a expressão de atividade intelectual, mas com ressalvas legais.
- b) Que ninguém será obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei.
- c) Que poderá haver júízo, ou tribunal de exceção.
- d) Que a propriedade atenderá a sua função econômica.

**23. São direitos sociais de todos os trabalhadores urbanos e rurais, de acordo com a Constituição, art. 7º:**

- a) Remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
- b) Repouso semanal remunerado.
- c) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.
- d) Décimo quarto salário com base na remuneração integral, ou no valor da aposentadoria.

**24. Em conformidade com o art. 6º, da Constituição da República de 1988, não é considerado um direito social:**

- a) Educação.
- b) Saúde.
- c) A proteção aos animais.
- d) Moradia.

**25. A Constituição Brasileira de 1988, é extremamente detalhista, tanto que, atualmente, tem mais de cento e vinte emendas, em trinta e quatro anos de existência, com o fim de elevar muitos direitos e deveres a terem status constitucional, tendo em vista que o País tinha saído de um período em que havia restrição de direitos. Além de elencar os mais variados direitos e obrigações, a Constituição dispõe sobre a organização político-administrativa do Estado. Assim, é correto afirmar que:**

- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados e o Distrito Federal todos autônomos, nos termos desta Constituição.
- b) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.
- c) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos dependentes entre si, nos termos desta Constituição.
- d) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

**26. Conforme o art. 21, da Constituição da República, compete à União Privativamente legislar sobre:**

- a) Serviço postal.
- b) Previdência dos servidores públicos do Judiciário de Mato Grosso do Sul.
- c) Horário de funcionamento do comércio de Campo Grande.
- d) Criação de fundações públicas estaduais.

**27. O Banco do Brasil (BB) tem a União como sua maior acionista. De acordo com sua natureza jurídica, o BB é:**

- a) Pessoa jurídica de direito público.
- b) Pessoa jurídica de direito privado.
- c) Faz parte da Administração Pública direta.
- d) Faz parte da Administração Pública indireta.

**28. A Lei de Introdução ao Código Civil – Decreto-Lei n.º 4657, de 04 de setembro de 1942 – em 2010, passou a se chamar “Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro” (LINDB). A LINDB tem como objetivo regulamentar outras normas e auxiliar na aplicação destas. Conforme a LINDB, é correto afirmar:**

- a) As correções a texto de lei, já em vigor, não se consideram lei nova.
- b) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito e o direito adquirido apenas.
- c) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- d) É possível a quem não conhece a lei, alegar o seu desconhecimento.

**29. O Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, fala sobre personalidade e capacidade para os atos da vida civil. Sobre a capacidade é correto afirmar que:**

- a) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são relativamente incapazes.
- b) Os pródigos são plenamente capazes.
- c) Os menores de dezesseis anos são relativamente incapazes.
- d) A personalidade civil começa só depois de completados dezoito anos de idade.

**30. O Código Civil elenca as mais diversas formas de bens, conceituando e exemplificando-os. Assim são considerados bens móveis para os efeitos legais:**

- a) O solo e tudo quanto se lhe incorporar, natural ou artificialmente.
- b) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- c) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- d) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

**31. De acordo com o Código Civil Brasileiro, os negócios jurídicos requerem agente capaz, objeto lícito possível, determinado ou determinável, forma prescrita, ou não defesa em lei. Tais requisitos tratam:**

- a) Dos defeitos do negócio jurídico.
- b) Da validade do negócio jurídico.
- c) Da capacidade civil da pessoa física.
- d) Dos direitos da personalidade.

**32. Os prazos prescricionais são trazidos pelo Código Civil, bem como os casos em que não corre a prescrição. Assinale a alternativa correta, que exemplifica um destes casos, em que não corre o prazo de prescrição:**

- a) Da pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.
- b) Da pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias, ou vitalícias.
- c) Da pretensão do vencedor para haver do vencido, o que despendeu em juízo.
- d) Entre tutelados, ou curatelados e seus tutores, ou curadores, durante a tutela, ou curatela.

**33. O Código de Processo Civil (CPC) de 1973, durou quarenta e dois anos e o novo CPC passou a vigorar a partir de 2016, em razão da *vacatio legis* prevista no art. 1045, que estabeleceu: “Este Código entra em vigor após decorrido 1 (um) ano da data de sua publicação oficial.” O novo CPC ao tratar da jurisdição e da ação, no art. 17, define que para postular em Juízo é necessário ter:**

- a) Legitimidade e interesse.
- b) Legalidade e boa-fé.
- c) Interesse e boa-fé processual.
- d) Autenticidade e interesse.

**34. O Livro III, Título I, o CPC trata “Das partes e dos Procuradores”, apresenta deveres das partes e seus procuradores, quando participam de processo. Com base nesse Livro, identifique o(s) item(ns) que consta(m) dever(es) das partes e seus procuradores, quando participam de processo. Assinale a alternativa correta.**

**I- Praticar inovação ilegal no estado de fato de bem, ou direito litigioso.**

**II- Formular pretensão, ou de apresentar defesa, quando cientes de que são destituídas de fundamento.**

**III- Expor os fatos em juízo conforme a verdade,**

- a) I, II e III.
- b) Somente I e III.
- c) Somente III.
- d) Somente I e II.

**35. De acordo com o art. 149, do CPC, assinale a alternativa que não pode ser considerado um auxiliar da Justiça:**

- a) Escrivão.
- b) Oficial de justiça.
- c) Parte autora do processo.
- d) Chefe de secretaria.

**36. Quanto à competência prevista no Código de Processo Civil é correto afirmar:**

- a) É determinada no momento do registro, ou da distribuição da petição inicial.
- b) Se o processo que tramita na Justiça Estadual intervier a União, a competência permanece sendo da Justiça Estadual, uma vez que o processo foi originariamente distribuído perante a Justiça Estadual.
- c) Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, deverá ser dividido o processo em dois, para que cada réu seja demandado no foro de seu domicílio.
- d) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis, é competente o foro de domicílio do réu, ainda que diferente do foro de situação da coisa.

**37. É considerado um Princípio Constitucional aplicado ao processo:**

- a) Princípio da Decisão Imotivada.
- b) Princípio do Devido Processo Legal.
- c) Princípio do Terceiro Interessado.
- d) Princípio da Parcialidade do Juiz.

**38. Marque a alternativa que não corresponde a um princípio constitucional aplicado ao processo:**

- a) Princípio do duplo grau de Jurisdição.
- b) Princípio da publicidade dos atos processuais.
- c) Princípio do contraditório e da ampla defesa.

d) Princípio da afastabilidade da jurisdição.

**39. De acordo com o Código penal, é correto afirmar que:**

- a) Pode haver crime sem lei anterior que o defina.
- b) Pode haver pena sem prévia cominação legal.
- c) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- d) A lei penal não retroagirá.

**40. O Código Penal Brasileiro traz as normas gerais de aplicação da Lei Penal. O art. 13, dele, explica o que é relação de causalidade no direito penal, então, é correto afirmar que a relação de causalidade é:**

- a) O resultado, independentemente da existência do crime, é imputável a quem lhe deu causa.
- b) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.
- c) O resultado, de que depende a existência do crime, é imputável independentemente de quem lhe deu causa.
- d) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem não lhe deu causa.

**41. Da mesma forma que o Código Penal elenca os mais diversos tipos penais, também traz os casos de excludente da ilicitude, ou seja, o Estado não pune o fato praticado pelo agente em determinadas circunstâncias. Marque a alternativa que corresponde a uma destas excludentes da ilicitude:**

- a) Estado de necessidade.
- b) Exercício arbitrário das próprias razões.
- c) Erro sobre elemento constitutivo do tipo legal.
- d) Exercício irregular de um direito.

**42. Não é uma causa de extinção da punibilidade, segundo o Código Penal Brasileiro:**

- a) Morte do agente.
- b) Prescrição.
- c) Anistia.
- d) Legítima defesa.

**43. A Parte Especial do Código Penal Brasileiro define vários tipos penais, como crimes contra a vida, contra o patrimônio, etc. Quanto aos crimes contra a honra é correto afirmar:**

- a) Que o Crime de Difamação é a ofensa à dignidade, ou ao decoro de alguém.
- b) Que o Crime de Injúria é a imputação de fato ofensivo à reputação de alguém.
- c) Que o Crime de Calúnia é imputar falsamente a alguém, fato definido como crime.
- d) Que o Crime de Calúnia é imputar verdadeiramente a alguém, fato definido como crime.

**44. O Código Penal não traz apenas os tipos penais de crimes praticados contra particulares, mas também crimes praticados contra a Administração Pública, no seu Título XI, da Parte Especial. Assinale a alternativa correta no que se refere aos crimes praticados contra a Administração Pública:**

- a) Somente o funcionário público pode ser considerado agente praticante de crime contra a Administração Pública.
- b) Tanto o funcionário público quanto o particular podem ser considerados agentes praticantes de crime contra a Administração Pública.
- c) O peculato é um tipo penal de crime contra a dignidade sexual.
- d) Somente o particular pode ser considerado agente praticante de crime contra a Administração Pública.

**45. O Código de Processo Penal (CPP) instituído pelo Decreto-Lei n.º 3689, de 03 de outubro de 1941, traz as normas no que se refere a inquérito policial. Quanto ao inquérito policial, assinale a alternativa correta, de acordo com o que prevê o CPP:**

- a) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições.
- b) Nos crimes de ação pública o inquérito policial não poderá ser iniciado de ofício.
- c) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, não cabe qualquer recurso.
- d) Somente o ofendido poderá comunicar à autoridade policial da prática de infração penal, que caiba ação pública.

**46. Das alternativas abaixo, assinale aquela que não é considerada uma espécie de ação penal:**

- a) Ação Penal Pública Incondicionada.
- b) Ação Penal Pública Condicionada à Representação.
- c) Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.
- d) Ação Penal Pública subsidiária da Privada.

**47. Os meios de prova são essenciais para o esclarecimento dos fatos na ação penal e são sempre direcionados ao Julgador. Além disso, a prova da alegação incumbirá a quem a fizer. A prova testemunhal, assim, é um destes meios de prova direcionados ao Julgador. Quanto à prova testemunhal, assinale a alternativa correta.**

- a) O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.
- b) O juiz não pode ouvir outra(s) testemunha(s), além daquelas indicada(s) pelas partes.
- c) O menor de 14 (quatorze) anos que for testemunhar é obrigado a prestar compromisso.
- d) As pessoas que, em razão de função, ministério, ofício, ou profissão, devam guardar segredo, também são obrigadas



a prestar depoimento.

**48. Sobre a prova pericial, assinale a alternativa certa, de acordo com o Código de Processo Penal.**

- a) O CPP não permite que as partes, ou o Ministério Público, indiquem assistente técnico para perícia, ou exame de corpo de delito.
- b) Na falta de perito oficial, a prova pericial não poderá ser realizada por outras pessoas.
- c) Os crimes de violência contra criança têm prioridade na realização do exame de corpo de delito.
- d) A perícia, ou o corpo de delito, pode ser realizado por perito sem diploma de curso superior.

**RASCUNHO.**